

HABEAS CORPUS Nº 570.281 - SP (2020/0078828-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DIEGO MACEDO ASSUNCAO E OUTRO
ADVOGADOS : DIEGO MACEDO ASSUNÇÃO - SP406454
FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA - SP405869
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NADILSON DA SILVA ANDRADE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NADILSON DA SILVA ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente foi preso em flagrante no dia 03/10/2019 pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, Lei n. 11.343/06, tendo sido convertida em preventiva.

O impetrante requer, conforme a Recomendação 62/2020 do CNJ e o art. 316 do CPP, a reavaliação da prisão provisória, em razão da suposta ilegalidade ante o excesso de prazo na formação da culpa, já que o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa. E, subsidiariamente, a decretação de uma das medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319, do mesmo diploma.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*,

Superior Tribunal de Justiça

salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente